

1º Congresso do **MPPA** sobre Justiça
Climática e Sustentabilidade:



DIÁLOGOS PREPARATÓRIOS PARA A COP 30

TEMA: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

**26 e 27
de Maio**
em Belém

Local:
**Hangar - Centro
de Convenções
& Feiras da
Amazônia**

INSCRIÇÕES ONLINE

www.ampep.org.br

Realização:



AMPEP
Associação do Ministério Público
do Estado do Pará

Apoio:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ



GOVERNO DO
PARÁ

**Ministério Público do Estado do
Pará**
Procuradoria-Geral de Justiça

**Alexandre Marcus Fonseca
Tourinho**

Procurador-Geral de Justiça

**Antonio Eduardo Bartela de
Almeida**

Corregedor-Geral

**Marcos Antonio Ferreira das
Neves**

*Subprocurador-geral da área Jurídico-
institucional*

Ubiragilda Silva Pimentel

*Subprocuradora-geral da área
técnico-administrativa*

Joana Chagas Coutinho

*Subprocuradora-geral da área de
gestão e planejamento estratégico*

Geraldo de Mendonça Rocha

Ouvidor-Geral

**Sandra Fernandes de Oliveira
Gonçalves**

Chefe de Gabinete

José Edvaldo Ferreira Sales

*Diretor do CEAf – Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional*

Comissão Organizadora

Ana Maria Magalhaes de Carvalho

Promotora de Justiça

Coordenadora da Comissão Científica

Presidente da AMPEP

José Godofredo Pires dos Santos

Coodenador da Comissão científica

Coordenador do CAOMA

Vice-presidente da AMPEP

Lilian Nunes e Nunes

Promotora de Justiça

Diretora social da AMPEP

**Maria José Vieira de Carvalho
Cunha**

Promotora de Justiça

Membro da Comissão científica

Maria Claudia Vitorino Gadelha

Promotora de Justiça

Membro da Comissão científica

Melina Alves Barbosa

Promotora de Justiça

Membro da Comissão científica

**Marcela Christine Ferreira de
Melo**

Promotora de Justiça

Membro da Comissão científica

Daniel Menezes Barros

Promotor de Justiça

*Assessor para grandes projetos da
AMPEP*



SUMÁRIO

04 SOBRE O EVENTO

06 HISTÓRIA DA REALIZADORA

07 JUSTIFICATIVA

09 OBJETIVO GERAL

10 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

11 PÚBLICO-ALVO

12 PROGRAMAÇÃO

20 PALESTRANTES

SOBRE O EVENTO

A Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP) com o apoio institucional do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio de seu Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em reunião de esforços, realizará o ICongresso do Ministério Público do Estado do Pará sobre Justiça Climática e Sustentabilidade: Diálogos preparatórios para a COP 30, a ocorrer em formato presencial no período de 26 e 27 de maio de 2025, no Hangar Centro de Convenções, localizado na Av. Dr. Freitas, s.n. Marco, Belém-Pará-Amazônia-Brasil, palco da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas 2025- COP 30.

Em novembro de 2025, o Estado do Pará receberá a 30ª Conferência da Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – Conferência das Partes (COP30). O evento ocorrerá em sua capital, Belém (PA) e, de acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes de todo o mundo durante os principais dias da Conferência.

A COP30 é um encontro global anual em que líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças do clima. É considerado um dos principais eventos sobre o tema no mundo.

Em vista desse importante acontecimento, a AMPEP, com o apoio do Ministério Público do Estado do Pará, propõe-se a realizar o I Congresso do Ministério Público do Estado do Pará sobre Justiça Climática e Sustentabilidade: Diálogos preparatórios para a COP 30, trazendo debates e informações sobre tópicos que serão discutidos na conferência, tais como a importância da Amazônia e das bacias hidrográficas brasileiras no equilíbrio do clima global, a necessidade de lidar com os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas, de promover soluções energéticas sustentáveis e diversificadas e expandir o mercado de carbono.

Objetiva-se correlacionar esses temas com questões caras à Amazônia, tais como o direito de acesso à terra e as contribuições da mudança do uso da terra para a crise climática, dentre os quais ingressam-se nos impactos da mineração e do agronegócio (produção de grãos e pecuária), o inadimplemento do novo marco legal do saneamento básico (Lei 14.026/2020) e da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010) por parte de grande número de municípios, de empresas e da sociedade, o cuidado com os recursos hídricos, dentre outros temas que são relevantes a discutir com a participação dos principais agentes envolvidos, em especial, promotores de justiça, representantes da sociedade, prefeitos municipais, empresas.

Nesse contexto, o Congresso tem como um de seus objetivos combater a desinformação e conscientizar a sociedade, os governos municipais e as empresas sobre a necessidade de acelerar a adoção de ações, políticas e novas tecnológicas que possam contribuir para minorar os problemas que acabam por impactar negativamente no clima da Amazônia, no Brasil e do mundo.

O evento também objetiva dar visibilidade e conhecimento dos grandes projetos e empresas atuantes no Estado do Pará, assim como as populações impactadas, todos participando de forma democrática do evento, também debatendo sobre os desafios de trazer soluções para as atividades que impactam negativamente o meio ambiente e, consequentemente, a vida, oportunizando a apresentação de medidas que já vem ou que podem ser adotadas para preservação e recomposição do meio ambiente, em processos de autocomposição ou mesmo dentro de um processo estrutural.

A AMPEP parte da premissa de que a atuação do Ministério Público é essencial para a tutela da sociedade, maior beneficiária de um evento dessa envergadura, posto que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é fundamental para a sadia qualidade de vida, das presentes e futuras gerações, conforme estabelece o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

O Congresso tem a expectativa de reunir cerca de 600 (seiscentos) participantes, dentre os quais promotores e procuradores de justiça, ministros, deputados, conselheiros dos tribunais de contas do estado e dos municípios, prefeitos municipais, vereadores, secretários municipais e estaduais de meio ambiente, juízes de direito, representantes de comunidades afetadas pela questão climática, doutores e mestres em matéria ambiental, profissionais das carreiras jurídicas e afins de todas as regiões do país, bem como representantes de empresas que operam com soluções ambientais, notadamente aquelas voltadas ao saneamento básico.



HISTÓRIA DA REALIZADORA

A **Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP)**, fundada em 12 de agosto de 1971, conta atualmente com 481 (quatrocentos e oitenta e um) integrantes em seu quadro associativo e tem como missão promover a defesa dos interesses dos membros do Ministério Público do Estado do Pará, fomentar a integração entre seus associados e atuar com responsabilidade social.

Ao longo de seus 54 (cinquenta e quatro) anos de existência, a AMPEP tem desempenhado um papel crucial na evolução do Ministério Público do Pará, participando ativamente de diversas lutas e conquistas. A entidade já foi laureada com inúmeras homenagens e títulos de reconhecimento, refletindo seu impacto significativo na área.

A AMPEP é reconhecida como entidade de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.620, de 14 de maio de 1976, e pela Lei Municipal nº 7.006, de 28 de setembro de 1976.



JUSTIFICATIVA

A AMPEP, por ocupar um importante papel difusor de promoção social, assume o protagonismo de realizar o I Congresso do Ministério Público do Estado do Pará sobre justiça climática e sustentabilidade: diálogos preparatórios para a COP30, em um ano em que Belém, a capital do Estado do Pará, sediará um grande encontro de crucial importância para o destino da Amazônia e do Brasil, que será a COP30.

O Congresso que antecede a realização da aludida conferência climática pretende debater e coletar soluções para as questões ambientais, climáticas e de desenvolvimento sustentável, compilando-as em uma Carta a ser redigida ao final do evento e apresentada para a organização da COP30, registrando, assim, a intenção e o compromisso assumido pelos membros do Ministério Público do Estado do Pará, sociedade e empresários presentes ao evento com a questão climática no contexto do Estado do Pará e sua porção dentro da Amazônia.

Ao ter como tema central a reflexão sobre justiça climática e sustentabilidade, e sua relação com as atividades produtivas, com o fomento à promoção de ações eficazes para mitigar os impactos ambientais, o congresso proporcionará um debate profundo e construtivo, destacando o papel essencial do Ministério Público na proteção ambiental.

O Ministério Público, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, representa um modelo paradigmático de autonomia e abrangência de funções, tornando-se referência para instituições similares em outros países, alcançando níveis elevados na proteção e tutela de direitos fundamentais da sociedade e no interesse público, pautando sua atuação por normas e princípios que garantem, dentre outros, a sustentabilidade e a qualidade de vida, em respeito ao meio ambiente.

Com a realização da COP 30 no Brasil, o país e em especial o Estado do Pará, Amazônia, Brasil assumem um papel central nas discussões globais sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Nesse contexto, é fundamental que o Ministério Público fortaleça sua atuação na proteção dos recursos naturais e na fiscalização das metas ambientais definidas em acordos internacionais e busque apresentar as soluções tecnológicas existentes.

A missão do Ministério Público é promover a adoção de princípios e estratégias voltadas ao conhecimento, proteção e recuperação do meio ambiente, uso sustentável dos recursos naturais, valorização dos serviços ambientais e integração do desenvolvimento na formulação e implementação de políticas públicas, com uma atuação pautada transversalmente, compartilhada, participativa e democrática, envolvendo todos os níveis de governo, a sociedade e as empresas que atuam em território paraense.

No Estado do Pará, as atividades econômicas e empresariais, como a mineração (extração de ferro, bauxita, ouro e outros minerais), o agronegócio (produção de soja, milho e criação de gado), o setor de energia, o extrativismo madeireiro, especialmente a extração ilegal de madeira, o garimpo, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a ausência de tratamento adequado aos resíduos sólidos apresentam riscos significativos e que impactam negativamente o meio ambiente. Essas atividades causam desmatamento, degradação do solo e dos ecossistemas, perda de habitat e alteração dos ciclos hidrológicos, além de riscos à sadia qualidade de vida da população, em especial as que são diretamente atingidas por elementos poluentes e que empobrecem os solos e contaminam os lençóis freáticos.

O Congresso oferecerá uma oportunidade valiosa para a troca de experiências, debate de estratégias, além da capacitação dos membros do Ministério Público para o enfrentamento diante dos desafios ambientais.



OBJETIVO GERAL

Debater os temas centrais da COP30, em especial a importância da Amazônia e das bacias hidrográficas brasileiras no equilíbrio do clima global, os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas, as soluções energéticas sustentáveis e diversificadas, a expansão do mercado de carbono, relacionando-os o direito de acesso à terra e as contribuições da mudança do uso da terra para a crise climática, o inadimplemento do novo marco legal do saneamento básico (Lei 14.026/2020) e da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010), a essencialidade de cuidado com os recursos hídricos, tanto rios, lagos, igarapés, córregos, restingas e praias da Amazônia, haja vista ser a região uma das principais fontes de vapor d'água para a atmosfera, dentre outros temas que são relevantes a discutir com a participação dos principais agentes envolvidos, em especial, membros do Ministério Público, representantes da sociedade, prefeitos municipais, empresas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- *Identificar oportunidades para que todos os setores contribuam para a proteção socioambiental da Amazônia, de forma a mitigar os efeitos deletérios das mudanças climáticas e de outros ilícitos ambientais*
- *Fortalecer a atuação do Ministério Público na proteção ambiental, inclusive de forma preventiva;*
- *Tratar dos impactos socioambientais causados pelo inadimplemento da Política Nacional dos Resíduos Sólidos por parte dos municípios, empresas e consumidores, mostrando os principais que proliferam em cidades da Amazônia; Tratar do direito de acesso à terra;*
- *Oportunizar a apresentação de novas tecnológicas aplicáveis à gestão dos resíduos sólidos, capazes de reduzir o impacto ambiental e criar soluções econômicas que tragam efetividade à Política Nacional de Resíduos Sólidos, contribuindo, assim, para a mitigação das mudanças climáticas;*
- *Dar visibilidade e conhecimento dos grandes projetos no estado do Pará, debatendo sobre os desafios das soluções ambientalmente adequadas e desenvolvimento social da população mais carente;*
- *Desenvolver estratégias de fiscalização ambiental, discutindo e propondo melhorias, bem como, o combate aos crimes ambientais, inclusive crimes contra a fauna Amazônica, incluindo o uso de novas tecnologias e métodos de monitoramento, além de parcerias, termos de fomento;*
- *Facilitar a troca de experiências e conhecimentos, abordando aspectos que auxiliem os membros do Ministério Público, especialistas, gestores das empresas e municípios envolvidos na adoção de práticas e estratégias eficazes para a proteção e recuperação ambiental em áreas exploradas e degradadas.*

PÚBLICO–ALVO: Formadores de opinião, participativo e multiplicador de informações:

- Promotores(as) e Procuradores(as) de Justiça;
- Ministros, prefeitos municipais, deputados, conselheiros dos tribunais de contas do Estado e dos municípios, vereadores, secretários municipais e estaduais de meio ambiente;
- Juizes de direito;
- Sociedade civil;
- Doutores em matéria ambiental;
- Profissionais das carreiras jurídicas e afins de todas as regiões do país;
- Representantes de empresas que operam com soluções ambientais na área de resíduos sólidos urbanos e rurais, saneamento básico, crédito de carbono, etc., e, ainda, aquelas cujas atividades impactam diretamente o meio ambiente.
- Representantes de entidades de classe e organizações sociais;
- Profissionais e estudantes de Direito;
- Imprensa especializada e autoridades convidadas.



PROGRAMAÇÃO

26 e 27 de maio de 2025



Segunda-feira | 26.05.2025

MANHÃ

● 08h30 Credenciamento

● 09h00 Abertura Oficial do Evento – Mesa de autoridades convidadas

- **Dra. Hana Ghassan Tuma** – *vice-governadora do Estado do Pará*
- **Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho** – *Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará*
- **Deputado Francisco das Chagas Silva Melo Filho** – *presidente da ALEPA (a confirmar)*
- **Dr. Tarcísio José Souza Bonfim** – *promotor de justiça (MPMA) e presidente da CONAMP*
- **Dra. Ana Maria Magalhaes de Carvalho** – *Promotora de Justiça (MPPA) e presidente da AMPEP*
- **Dr. José Edvaldo Pereira Sales** – *promotor de justiça (MPPA) e diretor do CEAF*
- **Dr. José Godofredo P. dos Santos** – *promotor de justiça (MPPA) e coordenador do CAOMA*
- **Dr. Patrick Mesquita** – *Procurador do Ministério Público de Contas*
- **Dr. Benedito Ruy Santos Cabral** – *Secretário de Obras do Estado do Pará - SEOP (a confirmar)*

● 10h00 Conferência de Abertura

- **Conferência de Abertura: O Estado do Pará na COP 30** | Conferencista: *Dra. Hana Ghassan Tuma* | *Vice-Governadora do Estado do Pará*
- **Palestra: O Ministério Público e a COP 30** | Palestrante: *Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho* | *Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará*

● 12:00 Intervalo para o almoço

Segunda-feira | 26.05.2025

TARDE

PROGRAMAÇÕES SIMULTÂNEAS

14h00 às 16h00 PAINEL 01 Saneamento básico: Resíduos sólidos e fornecimento de água potável

Presidente de Mesa: Dr. Waldir Macieira da Costa Filho - *Promotor de Justiça - MPPA*

- **Tema 01: O encerramento de lixões no Estado do Pará: aspectos técnicos legais e climáticos** | *Palestrante: Prof. Neyson Martins Mendonça - UFPA*
- **Tema 02: Mudanças climáticas: o impacto no acesso ao saneamento básico** | *Palestrante: Dra. Luana Siewert Pretto - Instituto Trata Brasil*
- **Tema 03: a confirmar** | *Palestrante: Fórum Permanente Fora Lixão - Palestrante: membro do Fórum Permanente*
- **Tema 04: a confirmar**

14h00 às 16h00 PAINEL 02: Desafios dos Municípios e do Estado para a implantação das políticas de saneamento básico

Presidente de Mesa: Dr. Marcelo Batista Gonçalves - *Promotor de Justiça - MPPA*

- **Tema 01: a confirmar** | *Palestrante: Dr. Benedito Ruy Santos Cabral - Secretário de Obras do Estado - SEOP*
- **Tema 02: Saneamento básico: dificuldades dos municípios na elaboração dos planos e sua implementação** | *Palestrante: Dra. Odalina Emiko Aoki Alves - Casa Civil (Núcleo de relacionamentos com municípios e entidades de classe)*
- **Tema 03: a confirmar** | *Palestrante: AEGEA a confirmar*
- **Tema 04: A importância da liderança feminina no eixo da justiça climática e da produção sustentável na Amazônia** | *Palestrante: Dra. Cristina Malcher - Diretora da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA)*

14h00 às 17h00 Reunião dos Procuradores-Gerais de Justiça, Corregedores-Gerais e Presidentes de Associações dos Ministérios Públicos da Amazônia

- **Tema: A atuação dos Ministérios Públicos da Amazônia Legal na COP 30**

Segunda-feira | 26.05.2025

TARDE (CONTINUAÇÃO)

- 15h45 às 16h00 **Coffee Break e lançamentos de livros**
- 16h00 às 16h20 **Momento COP 30**
- 16h20 às 18h **Conferência: O futuro das grandes cidades da Amazônia após a COP 30**

Presidentes de Mesa:

Dra. Ana Maria Magalhães de Carvalho – Presidente da AMPEP

Dra. Lea Cristina Mousinho Rocha – Promotora de Justiça – MPPA

Conferencistas:

- ***Dr. Igor Normando*** – Prefeito Municipal de Belém – a confirmar
- ***Dr. Davi Antônio Abissal Pereira de Almeida*** – Prefeito de Manaus – a confirmar
- ***Dr. Antônio Furlan*** – Prefeito de Macapá – a confirmar

Terça-feira | 27.05.2025

MANHÃ

08h30 as 10h10 **PAINEL 03: Questões urbanísticas e sustentabilidade das cidades**

Presidente de Mesa: Dr. Nilton Gurjão das Chagas - *Promotor de Justiça* - MPPA

- **Tema 01: Regularização Fundiária em Bens da União: diretrizes e modalidades** | *Palestrante: Dr. Danilo Soares da Silva - Superintendente do Serviço de Patrimônio da União - SPU*
- **Tema 02: Fontes de Financiamento da Política Urbana nos municípios na era da emergência climática** | *Palestrante: Prof. Bruno Soeiro Vieira - UFPA/UNAMA*
- **Tema 03: Apresentação da Concessão celebrada com o município de Belém, com o escopo de serviços e investimentos previstos, destacando a implantação da Nova Central de Tratamento de Resíduos, o Projeto de Remediação e Encerramento do Aterro Controlado do Aurá** | *Palestrante: Dr. Bruno Francisco Muehlbauer - Ciclus Amazônia*
- **Tema 04: "O parcelamento do solo e suas implicações no planejamento urbano"** | *Palestrante: Giovani Ferri - promotor de justiça - MPPR*

08h30 as 10h10 **PAINEL 04: Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**

Presidente de Mesa: Dr. Daniel Menezes Barros - *Promotor de Justiça* - MPPA

- **Tema 01: Boas práticas e soluções locais: a contribuição de Canaã dos Carajás para a Justiça climática** | *Palestrante: Dra. Josemira Gadelha - Prefeita do Município de Canaã dos Carajás* | *Palestrante: Dr. Marcus Vinicius Brito Nascimento - Secretário de Meio Ambiente do Município de Canaã dos Carajás*
- **Tema 02: Cidades afetadas pela mineração. Superando desafios: como Rio Piracicaba se posicionou à crise de sua mineração buscando soluções sob novas perspectivas para o desenvolvimento econômico** | *Palestrante: Dr. Augusto Henrique da Silva - Prefeito de Rio Piracicaba - MG*
- **Tema 03: Impactos socioambientais dos Grandes Projetos na Amazônia** | *Palestrante: Dr. José Godofredo Pires dos Santos - Promotor de Justiça - MPPA*

08h30 às 10h10 **SALA ESPECIAL: Apresentação da situação dos RSU em diversos municípios e a atuação do MPPA**

Terça-feira | 27.05.2025

MANHÃ (CONTINUAÇÃO)

☀ 10h10 as 10h30 **Coffee Break**

☀ 10h30 as 12h00 **Painel 05: Grandes questões da Amazônia**

Presidente de Mesa: Dra. Josélia Leontina de Barros Lopes – *Promotora de Justiça - MPPA*

- **Tema 01: O Mercado de Crédito de Carbono: a solução está no mercado?** | *Palestrante: Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira Folhes – Promotora de Justiça - MPPA*
- **Tema 02: O projeto Raízes Sustentáveis: justiça, sustentabilidade e protagonismo do Ministério Público** | *Palestrante: Dra. Alexssandra Muniz Mardegan – Promotora de Justiça - MPPA*
- **Tema 03: As mudanças climáticas e o protagonismo das mulheres na Amazônia** | *Palestrante: Dra. Lilian Regina Furtado Braga – Promotora de Justiça - MPPA*

☀ 10h30 as 12h00 **Painel 06: A Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Presidente de Mesa: Dr. Emerson Costa de Oliveira – *Promotor de Justiça - MPPA*

- **Tema 01: Plano IVR para Regionalização da Disposição Final em RSU em Aterros Sanitários** | *Palestrante: Dr. João Giansi Netto – Instituto Valoriza Resíduos by ablp*
- **Tema 02: Resíduos Sólidos – da geração à disposição final e logística reversa** | *Palestrante: Dr. Luciano Furtado Loubet – Promotor de Justiça – MPMS*
- **Tema 03: Desastres ambientais e violação de direitos humanos** | *Palestrante: Dra. Joana D'Arc Dias Martins – Promotora de Justiça – MPAC*
- **Tema 04: a confirmar** | *Palestrante: a confirmar*

☀ 12h00 **Intervalo para o almoço**

Terça-feira | 27.05.2025

TARDE

14h00 às 15h45 **Painel 07: Tráfico de Animais Silvestres na Amazônia/Direito e Proteção Animal**

Presidente de Mesa: Dra. Maria José Vieira de Carvalho – *Promotora de Justiça – MPPA*

- **Tema 01: Aplicação do direito animal na prática por meio de perícias em crimes contra animais** | *Palestrante: Dr. Felipe Sá – Perito da Polícia Científica do Pará*
- **Tema 02: Tráfico de animais silvestres e os desastres ambientais** | *Palestrante: Prof. Nina Disconzi – USP/UFSM*
- **Tema 03: Os animais e os desastres ambientais (Caso do Rio Grande do Sul)** | *Palestrante: Prof. Rogério Santos Ramee*

14h00 às 15h45 **Painel 08: Mecanismos de Comando e Controle do Desmatamento: regulação/fiscalização**

Presidente de Mesa: Dra. Larissa Brandão – *Promotora de Justiça - MPPA*

- **Tema 01: Experiência do MPPA no combate ao desmatamento** | *Palestrante: Dr. Dirk Matos Junior – Promotor de Justiça – MPPA*
- **Tema 02: Uso de tecnologias para prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia** | *Palestrante: Dr. Paulo Henrique Coelho Amaral – Pesquisador Sênior do IMAZON*
- **Tema 03: Desafios e estratégias de combate ao desmatamento na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu** | *Palestrante: Dr. David Terceiro Nunes Pinheiro – Promotor de Justiça – MPPA*
- **Tema 04: a confirmar** | *Palestrante: INPE – Terrabrasilis – a confirmar*

14h00 às 16h00 – **Reunião com os Prefeitos Municipais e Secretários de Meio Ambiente Municipais | Tema: Participação dos Municípios na COP 30**

Presidente da reunião: Dra. Hana Gassan Tuma - *vice-governadora do Estado do Pará (a confirmar)*

Vice-presidente da reunião: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho – *PGJ MPPA*

Coordenação: Dra. Ana Maria Magalhaes de Carvalho – *promotora de justiça e presidente da AMPEP* | Dr. José Godofredo Pires dos Santos – *promotor de justiça e coordenador do CAOMA* | Dra. Marcela Christine Ferreira de Melo – *promotora de justiça do MPPA* | Dra. Odalina Emiko Aoki Alves – *Casa Civil – Núcleo de relacionamentos com municípios e entidades de classe*

Terça-feira | 27.05.2025

TARDE (CONTINUAÇÃO)

☀ 15h45 às 16h00 **Coffee Break**

☀ 16h00 às 17:30 **Painel 09: Probidade Administrativa e Controle Urbanístico /Ambiental**

Presidente de Mesa: Dr. Arthur Siso Pinheiro – Advogado OAB-PA

- **Tema 01: O orçamento público e o meio ambiente** | Palestrante: *Dra. Daniela Barbalho* – Conselheira do Tribunal de Contas do Estado
- **Tema 02: Controle externo e responsabilidade fiscal ambiental** | Palestrante: *Dr. Patrick Mesquita* – Procurador do MP de Contas junto ao TCE
- **Tema 03 – a confirmar** | Palestrante: *TCM*
- **Tema 04 – a confirmar** | Palestrante – *MP de contas junto ao TCM*

☀ 16h00 às 17:30 **Painel 10: Os impactos dos agrotóxicos na saúde reprodutiva humana e no meio ambiente amazônico**

Presidente de Mesa: Dra. Ângela Balieiro – Promotora de Justiça - MPPA

- **Tema 01: Impactos do uso indiscriminado de agrotóxicos na sociedade e natureza** | Palestrante: *Dr. Nadilson Portilho Gomes* – Promotor de Justiça – MPPA
- **Tema 02: Impactos dos agrotóxicos na saúde reprodutiva** | Palestrante: *Prof. Dra. Lia Giraldo* – médica (FIOCRUZ)
- **Tema 03: Agrotóxicos em Territórios Quilombolas: Impactos e Consequências – Justiça Socioambiental e o Futuro Sustentável** | Palestrante: *Dr. Jairo do Socorro dos Santos Costa* – Promotor de Justiça - MPPA

☀ 17h30 às 18h30 – **Palestra de Encerramento**
Palestrante: Ministro Celso Sabino

☀ **Coquetel de encerramento com apresentação de danças folclóricas**

**CONHEÇA OS
PALESTRANTES**



LUANA SIEWERT PRETTO

Engenheira Civil (UFSC)

- Mestrado na área de Análise Multicritério (UFSC)
- Pós-graduada em Gestão de Projetos (FGV)
- Atuou na concessionária estadual de saneamento básico de Santa Catarina (CASAN) e como presidente da Empresa Pública municipal de saneamento básico Companhia Águas de Joinville.
- Atualmente, é Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil



DANILO SOARES DA SILVA

Superintendente da SPU/PA

- Advogado
- Pós-graduado em Direito Fundiário, Direito Agroambiental e Direito Registral e Notarial.
- Ex-presidente da CODEM/PMB
- Atualmente é superintendente da SPU/PA.



BENEDITO RUY SANTOS CABRAL

*Secretário de Obras do
Estado do Pará*

- Engenheiro civil
- atuação em diversas empresas privadas até o ano de 1997
- iniciou na vida pública como Secretário de Infraestrutura no município de Paragominas, permanecendo até 2008.
- De 2009 a 2012, atuou como secretário de obras do município de Curuçá
- em 2013, foi consultor técnico do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.
- No ano de 2015 até 2018 foi secretário de obras de Barcarena
- Atualmente, é titular da pasta de obras do estado, atuando como Secretário de Obras do Estado.



BRUNO SOEIRO VIEIRA

*Professor universitário e
auditor de tributos da
Prefeitura de Belém*

- Bacharel em Ciências Contábeis (UFPA)
- Bacharel em Ciências Jurídicas (UFPA).
- Especialista em Direito Tributário (PUC/Minas Gerais).
- Mestre em Direito do Estado (Universidade da Amazônia - UNAMA).
- Doutor em Direito (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA).
- Professor Adjunto A da Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UFPA (PPGD).
- Auditor de Tributos Municipais da Prefeitura de Belém.



FELIPE SÁ

*Perito da Polícia Científica do
Estado do Pará*

- Médico Veterinário – UFRA
- Pós- Graduado em Medicina Veterinária Legal - Instituto Qualittas PR
- Mestrando em Patologia Veterinária Forense – UFPA
- Perito Criminal da Polícia Científica do Pará
- Perito Criminal da Força Nacional de Segurança Pública
- Possui ampla experiência em Levantamento de Local de Crime Contra a Vida, Identificação de Vítimas de Desastres de Massa - DVI e Crimes Contra Animais
- Professor universitário da disciplina de Medicina Veterinária Legal
- Coordenador Estadual da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal - ABMVL.
- Instrutor da Academia de Polícia no Instituto Ensino de Segurança Pública do Pará – IESP



ROGÉRIO SANTOS RAMME

*Doutor em Direito, Professor
e Advogado Animalista*

- Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
- Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul - UCS.
- Pós-Graduado em Direito dos Animais pela Universidade de Lisboa/POR.
- Pós-Graduado em Direito Ambiental pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
- Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Animal e Prática Jus Animalista da EJUSP/IESF
- Professor do curso de Pós-Graduação em Direito Animal da Escola da Magistratura Federal - ESMAFE/PR. Professor do curso "Diplomatura Internacional en Derecho Animal" da Universidad del Museo Social Argentino – UMSA
- Autor de livros e artigos nas áreas do Direito Ambiental e Direito Animal
- Criador da primeira disciplina de Direito Animal a ser ofertada em um curso de Direito em Porto Alegre/RS
- Coordenador do Projeto de Extensão Direitos Animais IPA entre os anos de 2016 e 2023.
- Advogado animalista com atuação nacional.



AUGUSTO HENRIQUE DA SILVA

*Prefeito municipal de Rio
Piracicaba -MG*

- Paisagista de áreas públicas
- Engenheiro Ambiental pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
- Pós-graduação em Engenharia de Segurança
- MBA em Gestão Pública e Gerenciamento de Cidades
- em 2017 assumiu o cargo de chefe de Divisão de Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba
- Presidiu os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Defesa Civil.
- Em 2020 foi eleito Prefeito de Rio Piracicaba – MG e reeleito em 2024.



Luciano Loubet

*Promotor de Justiça do
MPMS*

- Mestre e Doutor em Direito Ambiental
- palestrante em mais de 10 países
- autor de vários livros
- professor em cursos de especialização, com atuação forte nas temáticas da tutela da paisagem, licenciamento ambiental, desmatamento, incêndios, resíduos sólidos, logística reversa, dentre outros.
- Vice-Presidente da Associação Brasileira de Membros de Ministério Público Ambiental (www.abrampa.org.br)
- Membro Fundador e primeiro coordenador da Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental com presença em 19 países (www.redempa.org).
- Promotor de Justiça no Mato Grosso do Sul onde exerce o cargo de Diretor do Núcleo Ambiental no Ministério Público de Mato Grosso do Sul.



Daniela Lima Barbalho

Conselheira do Tribunal de Contas do Pará

- primeira-dama do Estado
- advogada com atuação nas áreas do direito do trabalho e empresarial
- Foi secretária municipal de cidadania assistência social e trabalho do município de Ananindeua, de 2007 à 2012, onde realizou importantes ações para o desenvolvimento da cidade, como a criação de novos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), ações itinerantes de cidadania e saúde nas comunidades, a realização de baile de debutantes e casamentos comunitários para os moradores do município.
- Como voluntária dos programas do Governo do Estado, liderou programas voltados para assistência social, saúde materno-infantil e proteção da criança e do adolescente.
- Participou de parcerias com a Justiça do Trabalho nas ações de combata ao trabalho infantil.
- Em 2020 junto à desembargadora, Zuíla Dutra, e a juíza Vanilza Malcher participou pela II marcha de Belém contra o Trabalho Infantil.
- Atuou como voluntária no programa Terpac e Usinas da Paz.
- Atualmente é conselheira do T CPA



Paulo Henrique Coelho Amaral

*Pesquisador sênior do
IMAZON*

- Pesquisador sênior associado ao Imazon e líder nas áreas de manejo e conservação florestal, restauração florestal e gestão ambiental municipal.
- Tem mais de 30 anos de experiência em estudos na Amazônia brasileira e possui mais de 50 artigos técnicos e científicos publicados em revistas nacionais e internacionais de renome.
- Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA, antiga FCAP)
- mestre em Manejo Florestal e Conservação da Biodiversidade pelo Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE - Costa Rica).
- Uso de tecnologias para prevenção e combate do desmatamento na Amazônia



Patrick Bezerra Mesquita

*Procurador do MP DE Contas
do Pará*

- Procurador do MP de Contas do Pará
- Mestre em Direito e Desenvolvimento da Amazônia pela Universidade Federal do Pará
- Ex advogado da União.



DIRK COSTA DE MATTOS

*Promotor de Justiça do
MPPA*

- Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA)
- Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e Instituto EDUCAR
- Especialista em Processo Estrutural pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás
- Especialista em nível de aperfeiçoamento em Direito Agrário e Fundiário e Políticas Públicas pelo ISEG/EGPA e CEAFF/MPPA
- Promotor Auxiliar do Centro de Apoio Operacional Ambiental do Ministério Público do Estado do Pará
- Subcoordenador do Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Desmatamentos e Queimadas – MPPA
- Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Altamira-PA.



Odalina Emiko Aoki

Assessora técnica do núcleo de relações com municípios e entidades de Classe da Casa civil do governo do estado do Pará.

- Pedagoga
- Advogada
- Pós-graduada em educação profissional, direito ambiental, direito do trabalho, previdenciário e em direito médico e da saúde
- Foi coordenadora de cras e creas em Abaetetuba;
- Foi professora do Parfor na UFPA e IFPA nas disciplinas de educação ambiental, metodologia científica e legislação educacional;
- Foi professora pós-graduação em psicopedagogia na faculdade Monte Negro
- Foi coordenadora de responsabilidade ambiental na empresa hidrovias do Brasil em Barcarena;
- Foi secretária de meio ambiente em Abaetetuba;
- Foi coordenadora de projetos e captação de recursos da defensoria pública do Pará;
- Atualmente é assessora técnica do núcleo de relações com municípios e entidades de Classe da Casa civil do governo do estado do Pará.



Joana D'Arc Dias Martins

Promotora de justiça do MPAC

- Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Marília – SP (UNIMAR).
- Pós-graduada em nível de Especialização em Direito Ambiental e em Direitos Humanos pela Faculdade Cers,
- em Direito Processual Civil pelo Instituto de Ensino Superior da Amazônia e Centro de Estudos Jurídicos de São Paulo – CAEJ e em Direito Público pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
- Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre
- Diretora do CEAF
- Autora dos livros: "Tributação consumo e meio ambiente: a tributação ambiental como controle do consumo e seus reflexos no meio ambiente"; "Mudanças Climáticas em Face do Atual Estado de Coisa Inconstitucional e Inconvencional" e Desastres ambientais e violação de direitos humanos e fundamentais: a Mudança climática como multiplicador de riscos".